
Emigrantes portugueses em Marrocos, 1931-1936

Céline do Livramento* e Carlota Moura Veiga**

*Université Paris Dauphine

**Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscite), Lisboa, Portugal

OEm Fact Sheets

21

dezembro de 2025

Estudo sobre as características demográficas, geográficas e sociais da emigração portuguesa para Marrocos, entre 1931 e 1936. Ao longo do século XX, o Norte de África foi reconhecido como uma região de destino de emigrantes portugueses e espanhóis. Marrocos tornou-se uma terra economicamente atrativa para migrantes laborais e um refúgio para exiliados que fugiram das ditaduras da Península Ibérica. No entanto, este destino da emigração portuguesa foi pouco estudado na literatura. Alguns estudos mostram a presença de emigrantes portugueses provenientes do Algarve. A escassez de informação sobre a trajetória e a possível pluralidade de origens dos emigrantes motivou a elaboração da presente *factsheet*. Para tal, foi constituída uma base de dados com 309 cédulas de inscrição de portugueses residentes em Marrocos, entre 1931 e 1936. Por este meio, é possível identificar as principais rotas migratórias para Marrocos e constituir uma tipologia dos perfis sociológicos destes emigrantes.

Palavras-chave Cédulas de inscrição consular, rota migratória, Marrocos, emigração portuguesa.

Title Portuguese emigrants in Morocco, 1931-1936.

Abstract Study on demographic, geographic and social characteristics of Portuguese emigration to Morocco between 1931 and 1936. During the 20th century, North Africa was recognized as a significant destination for Portuguese and Spanish emigrants. Morocco developed an attractive economy for labor migrations and became a refuge for people fleeing dictatorships in the Iberian Peninsula. However, this destination of Portuguese emigration has been marginally studied in the literature. Few studies analyze the presence of Portuguese emigrants from the Algarve. The scarcity of information on the trajectory and possible plurality of origins of the emigrants motivated the preparation of this factsheet. To this end, a database was created with 309 consular registration cards of Portuguese residents in Morocco between 1931 and 1936. In this way, it is possible to identify the main migration routes to Morocco and to constitute a typology of the sociological profiles of Portuguese emigrants.

Keywords Consular registration cards, migration route, Morocco, Portuguese emigration.

Divulgação pública autorizada

O Observatório da Emigração incentiva a divulgação de seu trabalho. É permitido copiar, descarregar ou imprimir este conteúdo para uso pessoal e profissional, bem como incluir excertos desta publicação em documentos, apresentações, blogues, sítios e materiais de ensino, desde que o Observatório da Emigração seja devidamente identificado como fonte.

Notação

Nas publicações do Observatório da Emigração usa-se a notação anglo-saxónica dos números: os milhares são separados por vírgulas e as casas decimais por pontos.

Observatório da Emigração

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: observatorioemigracao@iscte-iul.pt

www.observatoriodaemigracao.pt

Índice

Índice de gráficos e mapas	4
1 A emigração portuguesa para Marrocos	5
2 Características demográficas e geográficas dos fluxos de emigração para Marrocos, 1931-1936.....	11
3 Perfil sociológico dos emigrantes portugueses em Marrocos, 1931-1936.....	20
Nota sobre os dados.....	30
Metainformação.....	31
Referências bibliográficas	32

Índice de gráficos e mapas

Gráficos

Gráfico 1	Registos de portugueses em Marrocos, 1931-1936.....	10
Gráfico 2	Registos de portugueses em Marrocos, por ano de chegada em Marrocos, 1931-1936.....	10
Gráfico 3	Entradas de portugueses em Marrocos, por sexo, 1931-1936	25
Gráfico 4	Entradas de portugueses em Marrocos, por grupo etário, 1931-1936.....	25
Gráfico 5	Entradas de portugueses em Marrocos, por estado civil, 1931-1936.....	26
Gráfico 6	Entradas de portugueses em Marrocos, por profissão, 1931-1936.....	27
Gráfico 7	Entradas de portugueses em Marrocos, por alfabetização e por sexo, 1931-1936.....	28
Gráfico 8	Acompanhantes do emigrante registado em Marrocos, 1931-1936	29
Gráfico 9	Entradas de portugueses em Marrocos, por distrito da última residência em Portugal, 1931-1936	14
Gráfico 10	Emigrantes portugueses em Marrocos, por país de proveniência, 1931-1936.....	14
Gráfico 11	Emigrantes portugueses em Marrocos, por rota migratória, 1931-1936	15
Gráfico 12	Entradas de portugueses em Marrocos, por distrito de destino, 1931-1936	16

Mapas

Mapa 1	Entradas de portugueses em Marrocos, por distrito da última residência em Portugal, 1931-1936	16
Mapa 2	Entradas de portugueses em Marrocos, por país de proveniência, 1931-1936.....	17
Mapa 3	Entradas de portugueses em Marrocos, por distrito de destino, 1931-1936	17
Mapa 4	Distritos de Portugal	18
Mapa 5	Regiões e cidades de Marrocos (1933).....	19

1 A emigração portuguesa para Marrocos

Ao longo do século XX, várias gerações de portugueses decidiram exilar-se, nomeadamente durante a ditadura portuguesa, entre 1926 e 1974. A emigração não é apenas uma consequência da instalação do regime autoritário, já que importantes fluxos migratórios foram registados antes e depois deste período. Entre 1900 e 1988, aproximadamente 3,5 milhões de pessoas emigraram de Portugal, um quarto das quais o fizeram ilegalmente. A maioria das saídas, correspondendo a 61% do total, ocorreu entre 1950 e 1988 (Baganha, 1994).

A França e o Brasil constituíram os maiores destinos deste fenómeno durante estas cinco décadas de ditadura (Pires et al., 2023). No entanto, a emigração para África, o Magrebe e o sul do continente, é também notável (Volovitch-Tavares, 2016). Esta diversidade da emigração portuguesa durante o século XX observa-se na passagem da década de 1950, quando fluxos migratórios predominantemente intercontinentais, dirigidos para o sul de África e América latina, passaram a ser maioritariamente intracontinentais, para o noroeste europeu até os finais da década de 1970 (Baganha, 1994).

A emigração portuguesa com destino a África foi bastante documentada. Na primeira metade do século XX, entre 1901 e 1950, as saídas de portugueses para África atingem 26,700. Durante o período 1951-1973, as saídas totais de portugueses quase duplicam, até alcançar 48,800. A emigração portuguesa para África ocorreu principalmente durante as décadas 1950 e 1960, no contexto do império colonial português, com maiores fluxos para Angola e Moçambique (Pires et al., 2023). Também se destaca a emigração portuguesa para o Norte de África, mesmo que fosse menos estudada do que para as colónias de Portugal. A emigração para Marrocos vai constituir o objeto principal desta publicação. Várias razões levaram cidadãos portugueses a emigrar para o Norte de África e no que nos interessa, para Marrocos. A maioria dos estudos explicam este fenómeno pelos intercâmbios económicos existentes entre os dois países (Menezes Moreira, 2020).

Mais precisamente, estes fluxos têm origem nos contactos económicos criados desde a Idade Média entre a Península Ibérica e Norte de África. De facto, uma parte dos estudos que se interessam pela emigração portuguesa para o Norte de África insistem sobre a proximidade geográfica destas regiões, criando um espaço de intercâmbios chamado “o golfo Luso-Hispânico-Marroquino” por Joaquim Romero Magalhães (1988) (Borges, 2000; Magalhães, 1988). Usando esta expressão, Marcelo J. Borges (2000) afirma que migrações não ocorrem de forma espontânea mas são fundadas em tradições prévias e caminhos já instalados. Desde o século XVIII, pescadores, trabalhadores rurais e artesãos do Algarve desenvolveram estratégias para complementar os seus rendimentos com trabalhos sazonais, tanto em Portugal como no

estrangeiro (Borges, 2000). Vários estudos mencionam estes fluxos como parte de um sistema de migração que compreende as regiões do Algarve e outras regiões de Portugal como o Alentejo, assim como, a Andaluzia e Marrocos (Borges, 2000; Livramento Dias & Anica, 2017).

Neste sistema, a emigração de portugueses para Marrocos aumentou nos anos 1930 e 1940 em detrimento dos fluxos dirigidos para Espanha. De facto, a fronteira com Espanha era muito vigiada pela PIDE no contexto da colaboração das duas ditaduras após a Guerra Civil espanhola, em 1939. O fluxo de migrações temporárias para a Andaluzia reduziu-se, assim que Marrocos se tornou um centro de recrutamento de mão-de-obra originária do sotavento algarvio (Borges, 2000; Cavaco, 1971). Durante os anos 30, a emigração para África atinge 26% dos passaportes emitidos no Algarve, Marrocos sendo o destino principal destes documentos (Borges, 2000).

Logo, a regularidade da emigração portuguesa durante o Estado Novo pode, em parte, atribuir-se à existência de assimetrias entre a economia de Portugal e os sucessivos países receptores (Baganha, 1994). Durante a vigência do protetorado francês entre 1912 e 1956, Marrocos tornou-se uma terra economicamente atrativa. A partir da primeira guerra mundial, a indústria de conservas de peixe cresceu nas costas do Marrocos e da Tunísia e floresceu até o começo da década de 1950. Altos níveis de salários levaram trabalhadores portugueses a emigrar para novas fábricas, tal como o Consórcio Nacional Almadrabet, a Société Générale des Pêcheries et Conserves au Maroc e as Madragues Marocaines (Cavaco, 1971).

A partir de 1956, os casos relativos à emigração económica para Marrocos decresceram no contexto da independência do protetorado francês e, por conseguinte, a deslocação de empresas europeias presentes em Marrocos. Paralelamente a isso, a Europa pós-guerra criou oportunidades laborais que tornaram a emigração económica para Marrocos residual. Essas condições levaram muitos emigrantes a regressar à origem ou emigrar de novo, tendo a França como maior destino (Livramento Dias & Anica, 2017). Contudo, ainda há registos que demonstram a presença de trabalhadores portugueses em Marrocos no fim do século XX. No entanto, quando o atum se tornou mais raro em Marrocos, por volta dos anos 70, a indústria conserveira entrou em declínio e parou a forte emigração de trabalhadores portugueses para este país (Cavaco, 1971). Outra parte dos estudos relativos à emigração portuguesa para o Norte de África interessam-se pela vertente política deste fenómeno. Os países do Magrebe tornaram-se destinos alvos das lutas dos exilados portugueses que lutavam contra a ditadura e a guerra colonial. De facto, a emigração económica dos portugueses para Marrocos coexistiu com a emigração política dos oponentes ao regime salazarista (Martins, 2016, 2020; Volovitch-Tavares, 2016).

A literatura conta alguns dados para determinar a ordem de grandeza da emigração portuguesa para Marrocos. Através de referências esparsas de um arquivo de um despachante de alfândega em Vila Real, Clarinda Cavaco (1971) conseguiu contabilizar o recrutamento de aproximadamente 3,000 pessoas para armações e fábricas marroquinas, entre 1936 e 1946, e cerca

de 2,000 pessoas entre 1952 e 1962 (Cavaco, 1971). Em 1958, o responsável pela Legação de Portugal em Marrocos estimou a comunidade portuguesa entre 5,000 e 8,000 pessoas, repartidas sobretudo nas regiões de Casablanca, Rabat, Tânger e Meknès (Martins, 2016). Estes dados permitem indicar que a emigração para Marrocos representou entre 10 e 15% das saídas de portugueses para África (Pires et al., 2023). Os únicos dados oficiais disponíveis para contabilizar esta emigração datam do período posterior à independência de Marrocos, altura em que o fluxo de emigrantes portugueses já se encontrava em declínio. Um documento da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas afirma que, entre 1976 e 1988, apenas uma quarentena de emigrantes portugueses foram registados para se instalarem definitivamente em Marrocos. No entanto, centenas de portugueses residiam por tempo determinado em Marrocos para trabalhar em empresas portuguesas ou estrangeiras. Outro documento da embaixada de Rabat afirma que, em 1982, mais de 1,000 portugueses ainda residiam em Marrocos. Esta comunidade localizava-se na sua maioria na área consular de Casablanca com 550 pessoas, seguindo-se Safi com 350 pessoas, Rabat com 150 pessoas e Tânger com apenas 60 pessoas. Neste sentido, a independência de Marrocos, com a saída das empresas europeias do Norte de África, desencadeou o desacelerar do processo de emigração portuguesa para esta zona.

Na literatura já existente, destaca-se a falta de um estudo estatístico geral sobre o estabelecimento de portugueses em Marrocos. De facto, a maioria dos estudos apresenta a emigração de portugueses para Marrocos como um fenómeno peculiar no contexto nacional, na medida em que teria quase exclusivamente origem no Algarve (Menezes Moreira, 2020). Com este estudo, não foi possível fazer uma quantificação total da população portuguesa residente em Marrocos durante o século XX, nem durante o curto período analisado, entre 1931 e 1936. As cédulas de inscrição de Tânger eram muito numerosas para fazer uma contagem precisa e constituir uma amostra representativa. Neste estudo, será investigado de maneira mais ampla a repartição geográfica e sociológica dos emigrantes portugueses em Marrocos, quer no país de origem, quer no país de chegada.

Neste estudo, vamos focar-nos nos fluxos de portugueses que emigraram para Marrocos entre 1931 e 1936, ou seja, no momento da passagem entre o regime de Ditadura Nacional e o Estado Novo em 1933. O marco temporal deste estudo está limitado porque foi condicionado pelos arquivos que foram disponibilizados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para levar a cabo este estudo. Como anunciado acima, este marco temporal e espacial corresponde a um fenómeno minoritário em comparação com outras regiões do mundo e outras décadas.

Disponibilizamos pouca informação sobre a quantificação global deste fluxo migratório e as suas variações ao longo do século XX. Além disso, a comunidade portuguesa em Marrocos não está bem estimada nas estatísticas oficiais por várias razões. A dificuldade de realizar uma contabilização precisa explica-se pelo afastamento entre as autoridades consulares e as autoridades centrais de Portugal, a ausência da contagem dos fluxos de migração clandestina,

permitidos pela permeabilidade da fronteira portuguesa com Marrocos e as sucessivas mudanças das políticas relacionadas à concessão de passaportes (Borges, 2000). A rota migratória com destino ao Norte de África aconteceu, quer ao abrigo de contratações das indústrias de conservas, quer saídas clandestinas que podem não aparecer nas estatísticas oficiais (Cavaco, 1971; Livramento Dias & Anica, 2017). A proximidade do Algarve com a costa marroquina e a rede piscatória desenvolvida ao longo dos anos nesta zona permitiu o uso de pequenas embarcações para o transporte clandestino de emigrantes. Uma parte importante da emigração para Espanha ou Marrocos era clandestina, e de facto não está representada nos livros de pedido de passaportes (Borges, 2000).

Para levar a cabo este estudo, utilizamos documentos provenientes do consulado de Tânger, disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal. Mais precisamente recolhemos as cédulas de registo consular dos cidadãos portugueses estabelecidos em Marrocos e que se inscreveram no consulado de Tânger. As cédulas dos portugueses nascidos em Marrocos não foram contabilizadas porque não representam emigrantes no sentido em que estas pessoas não atravessaram a fronteira marroquina.

Neste estudo, recorre-se a uma metodologia quantitativa, através de uma base de dados representativa de um corpus documental constituído por 309 cédulas de registo consular da embaixada de Tânger dos anos 1931, 1932, 1933, 1934 e 1936. Os documentos encontrados nos permitem recolher informações quantitativas sobre os emigrantes portugueses presentes em Marrocos entre 1931 e 1936. Na segunda parte deste artigo, analisamos os dados recolhidos para conhecer melhor os caminhos seguidos para chegar a Marrocos. A última parte apresenta o perfil sociológico destes emigrantes.

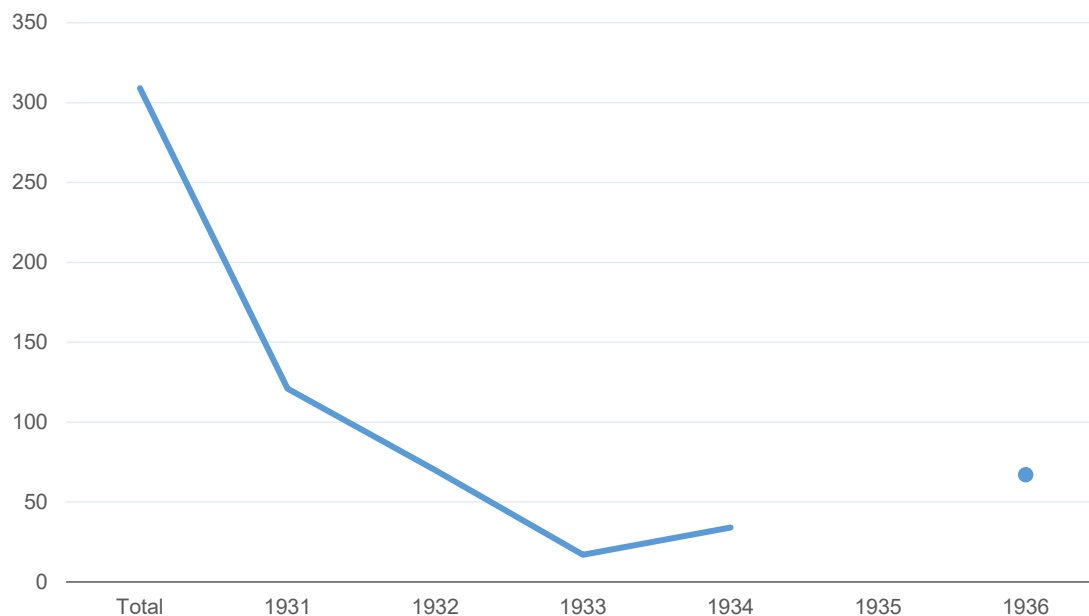
Sobre as 309 cédulas de inscrição recolhidas, 121 cédulas estão datadas do ano de 1931, metade destas são primeiras inscrições no distrito de Tânger (ver quadro 1 e gráfico 2). Os anos de 1932, 1933, 1934 e 1936 contam respectivamente 70, 17, 34 e 67 novas inscrições recolhidas. Não recolhemos cédulas de inscrição do ano de 1935 por se ter encontrado poucas novas inscrições (ver quadro 1 e gráfico 1).

O marco temporal, de 1931 a 1936, é interessante por várias razões. Primeiramente pela passagem de Portugal da Ditadura Nacional ao Estado Novo em 1933. Sobre as pessoas que emigraram antes de 1931, 26 entraram em Marrocos entre 1900 e 1925 contra 48, ou seja, quase o dobro de chegadas em apenas 5 anos, entre os anos de 1926, ano do começo da Ditadura Nacional, e 1930. O volume de documentos recolhidos não permite fazer conclusões mas o câmbio do regime político e as suas consequências sociais podem ter uma influência nos projetos de emigração dos portugueses. Em segundo lugar, 1936 marca o começo da Guerra civil espanhola, evento que reduziu as expectativas de migração laboral para este país. Ao contrário,

reforçou o fluxo de migração para Marrocos, por uma rota migratória que já associava as duas regiões desde o fim do século XIX (Borges, 2000).

[gráficos nas páginas seguintes]

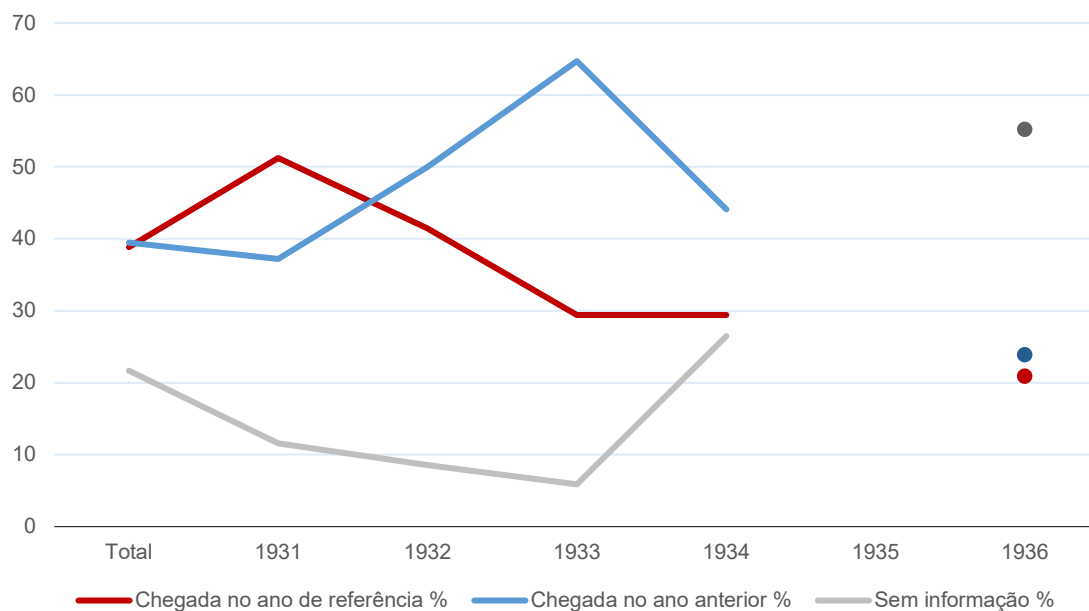
Gráfico 1 Registos de portugueses em Marrocos, 1931-1936



Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Gráfico 2 Registos de portugueses em Marrocos, por ano de chegada a Marrocos, 1931-1936



Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 Características demográficas e geográficas dos fluxos de emigração para Marrocos, 1931-1936

A segunda parte foca-se na trajetória e repartição geográfica dos emigrantes portugueses em Marrocos. Estudaremos sucessivamente a origem dos emigrantes (ver quadro 8, gráfico 9 e mapa 1), o destino (ver quadro 11, gráfico 12 e mapa 3) e a trajetória percorrida (ver quadros 9 e 10, gráficos 10 e 11, mapa 2).

Conforme o estudo estatístico, quase 60% das pessoas que partem para Marrocos são emigrantes originárias da região de Faro (ver quadro 8 e gráfico 9). Este resultado diverge da imagem habitualmente associada a esta região, a qual tem sido caracterizada por uma participação significativamente mais reduzida nos fluxos migratórios em termos nacionais (Baganha, 1994).

A literatura apresenta dados geográficos mais precisos sobre a origem dos emigrantes algarvios em Marrocos. Os naturais dos concelhos de Faro, Tavira e Olhão preferiram emigrar para Marrocos em vez de França ou Espanha (Livramento Dias & Anica, 2017). As fábricas contratavam trabalhadores originários de várias cidades do Algarve, no entanto, a maioria era da região de Vila Real de Santo António. A saída destes trabalhadores era facilitada pela câmara municipal e pelos industriais de Vila Real de Santo António. As armações de Marrocos recrutavam pescadores originários principalmente de Santa Luiza e Tavira, mas também de Luz, Cabanas, Cacela, Monte Gordo, São Bartolomeu e Castro Marim (Cavaco, 1971).

O distrito de Lisboa também tem relevância, ao representar 10% das partidas para Marrocos (ver quadro 8 e gráfico 9). No geral, poucas pessoas vinham dos distritos do Norte de Portugal, representando apenas 1% das partidas (ver quadro 8). Tradicionalmente reconhecido como o principal polo da emigração portuguesa, este contexto migratório foi historicamente marcado por trajetórias predominantemente orientadas para França e para os países do Norte da Europa (Baganha, 1994). O estudo não permitiu conhecer a trajetória migratória dos portugueses que nasceram em Espanha, considerando saber se saíram das costas andaluzas ou de Portugal. Entre a dezena de indivíduos nascidos em Espanha identificados na base de dados, três registaram Faro como local de saída e dois indicaram Espanha. Para os restantes casos, não existe informação disponível sobre a origem da saída (ver quadro 8).

O destino dos emigrantes em Marrocos variava com a localização dos portos de saída e das condições climáticas. Em Marrocos, os destinos mais escolhidos foram Casablanca, Rabat, Kenitra, Tânger e Fez (Livramento Dias & Anica, 2017). Um arquivo de um despachante da alfândega de Vila Real de Santo António revela que, entre 1936 e 1960, foram registadas

anualmente entre 70 e mais de 600 pessoas nas regiões de Punta Negra, Kenitra, Larache e Tânger (Cavaco, 1971).

A análise dos arquivos do consulado de Tânger indica que cerca de três quartos dos emigrantes tinham esta cidade como destino principal (ver quadro 11, gráfico 12 e mapa 3). O quarto restante estava de passagem em Tânger para outras cidades de Marrocos, com preferência na zona francesa do país. Sobre as quarenta pessoas que não se destinaram a Tânger, 6 pessoas foram para a parte espanhola de Marrocos, nomeadamente Ceuta, Larache e Tetuão e 34 foram para a parte francesa (mapa 5). Os distritos mais representados eram, respectivamente, Casablanca, Fez e Rabat.

A trajetória dos emigrantes revelava-se variável: alguns portugueses emigraram diretamente para o destino final, enquanto outros passaram por etapas intermédias (ver quadro 10 e gráfico 11).

Cerca de 35% dos indivíduos emigraram diretamente para Tânger a partir de Portugal. Um quarto registou uma migração direta para Tânger, mas através de um país intermédio — quase a totalidade destes casos refere-se a saídas provenientes de Espanha, sobretudo a partir do porto de Algeciras. Uma proporção residual teve origem na Argélia, representando apenas 1% do total.

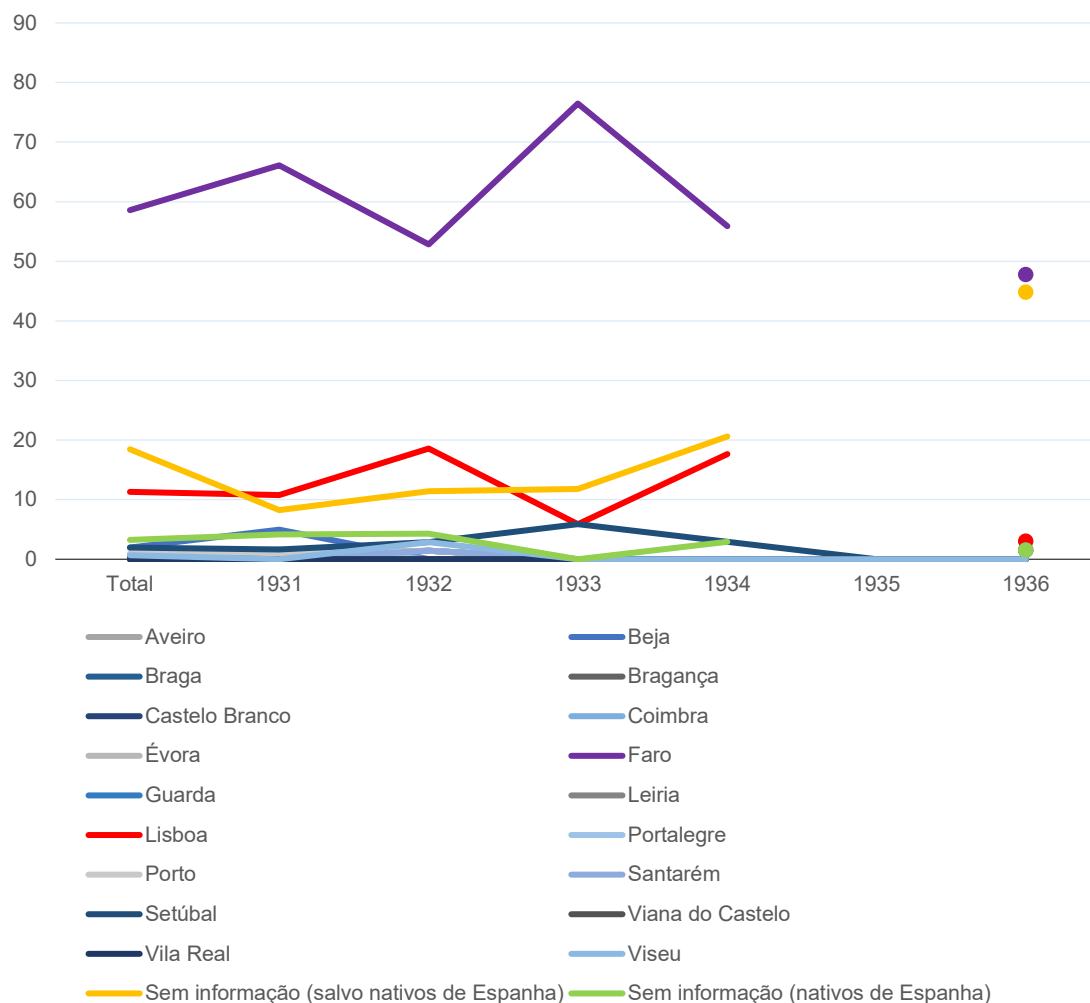
Por fim, cerca de 20% das pessoas inscritas no consulado de Tânger provinham de outras províncias de Marrocos, o que indica que Tânger não constituiu o seu porto de entrada no território marroquino. Os principais portos de chegada destes migrantes foram, por ordem de importância, Tetuão, Rabat e Casablanca. No entanto, para este grupo de 20%, não é possível determinar se a migração foi direta de Portugal para Marrocos ou se incluiu outras etapas (ver quadro 9, gráfico 10 e mapa 2). O presente estudo não permite determinar com exatidão por que motivo um quarto da comunidade portuguesa em Marrocos emigrou para este país passando por Espanha, apesar da forte vigilância fronteiriça exercida pela PIDE. No entanto, com base na literatura existente, é possível avançar várias hipóteses explicativas. Relativamente à região que nos interessa, a literatura indica que as viagens desde o Algarve eram facilitadas por relações de cooperação para a financiar. O transporte era disponibilizado pelas redes do meio piscatório (Livramento Dias & Anica, 2017). Na ausência destas relações, atravessar o Atlântico era difícil e favoreceu a emigração para Espanha. Os portugueses que emigraram para a Andaluzia ocidental provinham sobretudo das regiões rurais e interiores do Algarve. Milhares de portugueses emigraram para trabalhar em Espanha e complementar os ingressos retirados de pequenas explorações da agricultura tradicional em Portugal no contexto de um forte crescimento demográfico. Com a forte atividade económica da região andaluza, Espanha aparecia como uma alternativa à emigração ultramarina (Martinez, 2008).

Além disso, Espanha integrava um sistema de migrações económicas estabelecido entre Portugal e Marrocos. O cônsul português em Gibraltar em 1911 notou a existência de

trabalhadores portugueses que faziam comércio entre o Algarve, Gibraltar e Marrocos. Viajavam aproximadamente cinquenta vezes entre estas regiões a cada ano (**Borges, 2000**). Os emigrantes beneficiavam da experiência e das relações já estabelecidas pelas gerações anteriores. Os intercâmbios económicos existentes entre Portugal e Espanha e, por outro lado, entre a Península Ibérica e Marrocos facilitaram a possibilidade de migrar de uma região para outra. Pode concluir-se que a comunidade emigrante portuguesa em Marrocos provinha, maioritariamente, da região do Algarve, embora uma proporção significativa tivesse origem em Lisboa. Para a maioria dos migrantes, a deslocação para Marrocos realizava-se de forma direta, ainda que algumas trajetórias incluíssem etapas intermédias, sobretudo através de Espanha. O presente estudo permite reconstituir as rotas migratórias percorridas por esta comunidade, mas não possibilita compreender em detalhe as condições da viagem, nomeadamente a duração da permanência nos países de trânsito ou de destino, ou as formas concretas de atravessamento das fronteiras.

[gráficos e mapas nas páginas seguintes]

Gráfico 9 Entradas de portugueses em Marrocos, por distrito da última residência em Portugal, 1931-1936

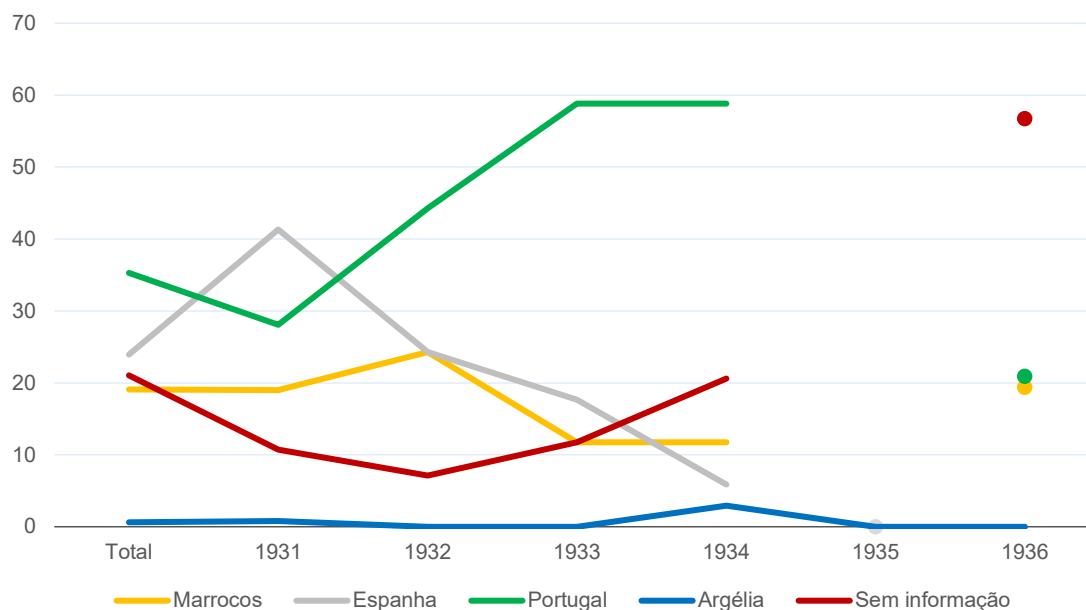


Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.

A categoria "sem informação" também compreende as pessoas de nacionalidade portuguesa que nasceram e viveram em outros países, na maioria em Espanha, e que, portanto, não residiram em Portugal antes de emigrar para Marrocos.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

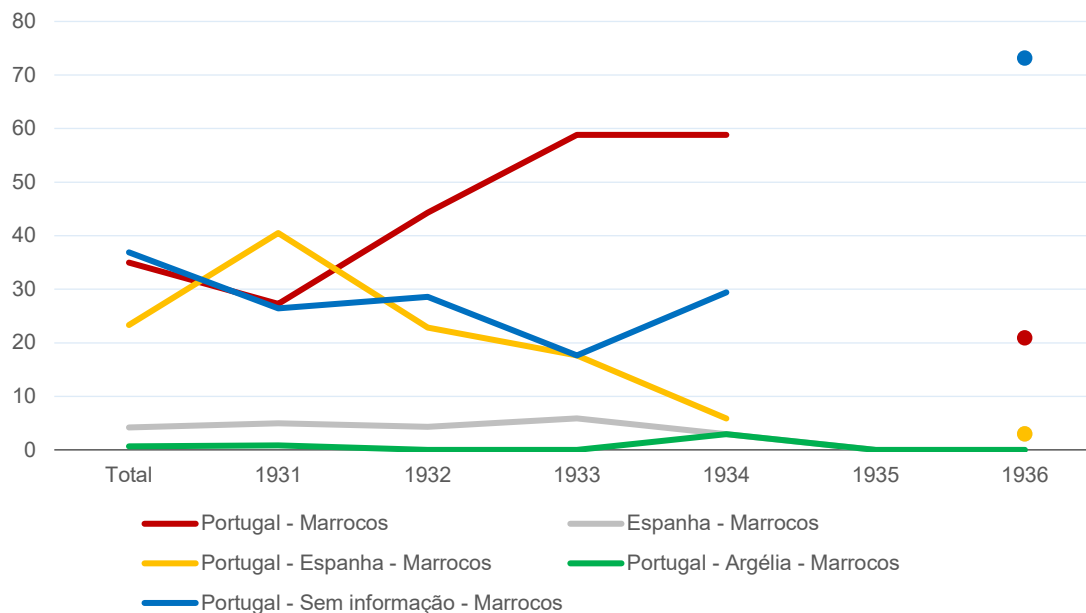
Gráfico 10 Emigrantes portugueses em Marrocos, por país de proveniência, 1931-1936



Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

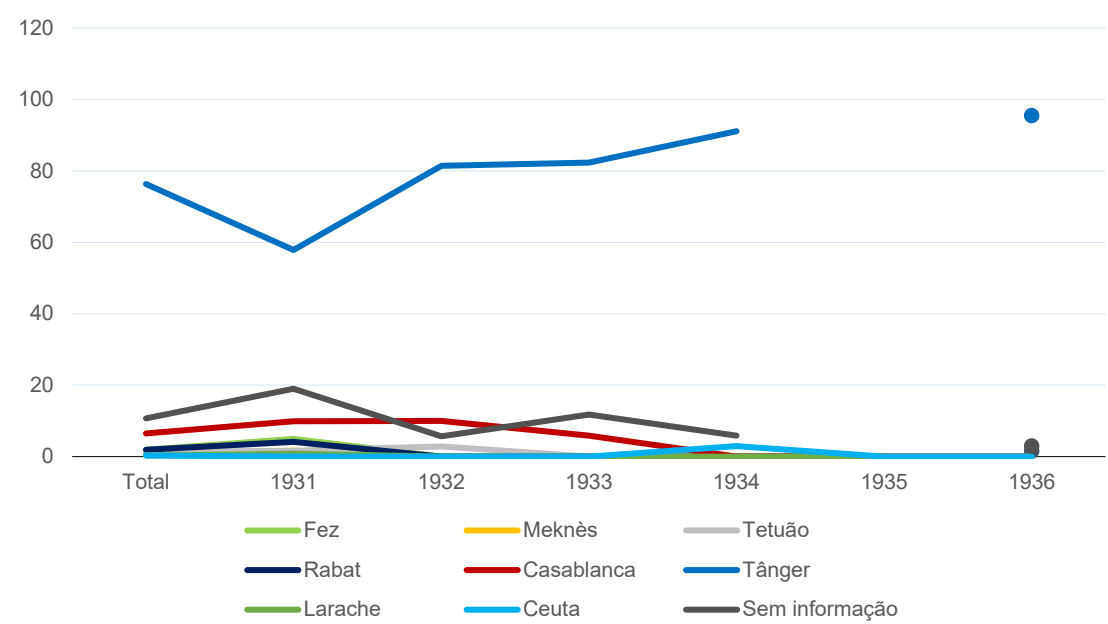
Gráfico 11 Emigrantes portugueses em Marrocos, por rota migratória, 1931-1936



Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935. A rota migratória foi reconstituída com a naturalidade e a proveniência do imigrante. A categoria Portugal-Sem informação-Marrocos reúne as cédulas que não indicam a proveniência do registado e as pessoas que provêm de uma outra cidade do Marrocos.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

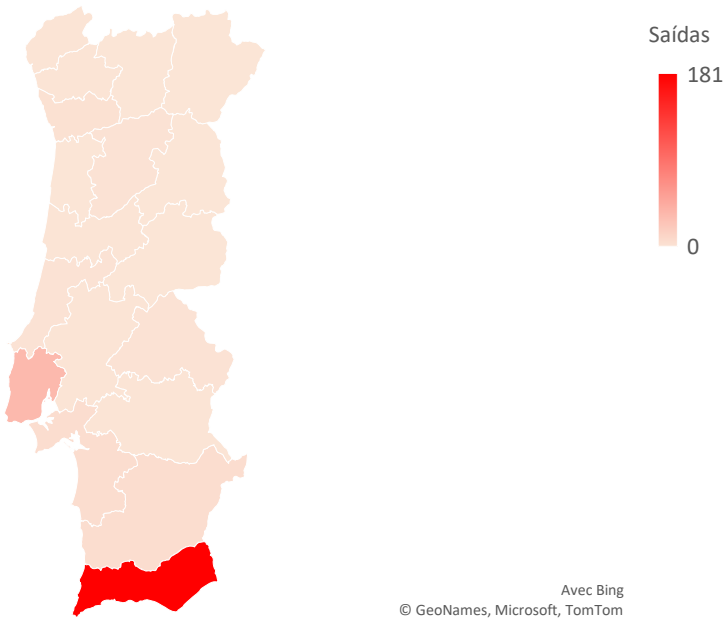
Gráfico 12 Entradas de portugueses em Marrocos, por distrito de destino, 1931-1936



Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.
A sobrerepresentação do distrito de Tânger nos resultados explica-se pela origem das cédulas de inscrição.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

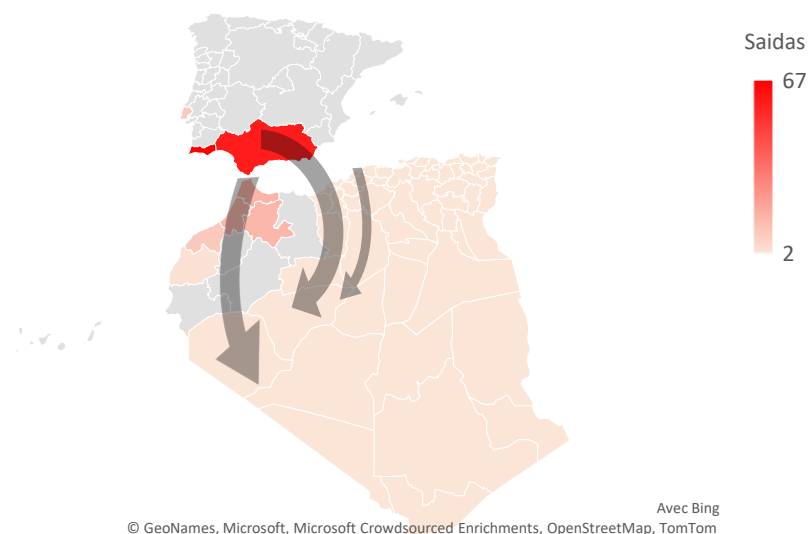
Mapa 1 Entradas de portugueses em Marrocos, por distrito da última residência em Portugal, 1931-1936



Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Mapa 2 Entradas de portugueses em Marrocos, por país de proveniência, 1931-1936

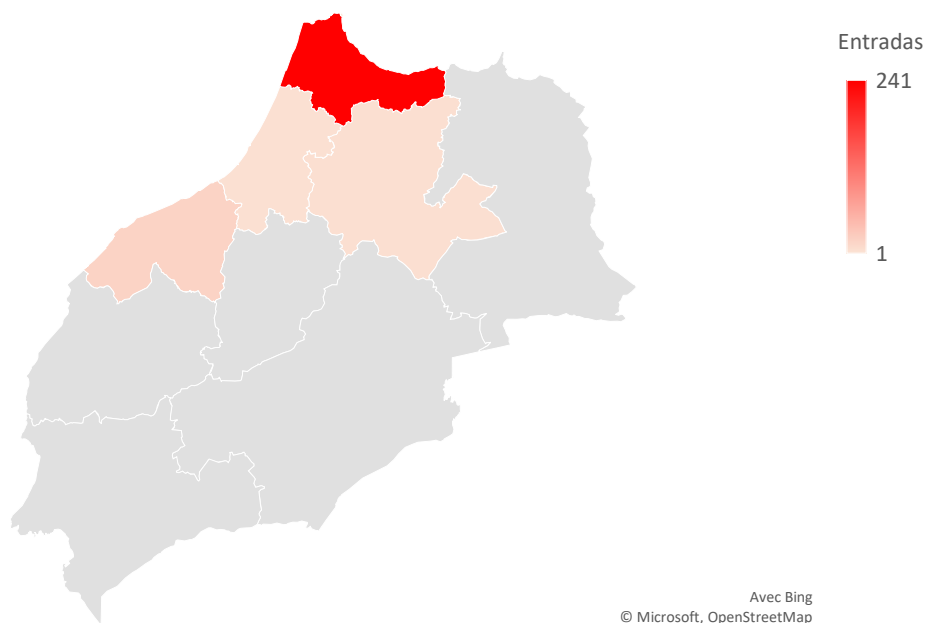


Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.

A rota migratória de Portugal-Argélia-Marrocos não aparece por ter representado poucos casos nesta amostra.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Mapa 3 Entradas de portugueses em Marrocos, por distrito de destino, 1931-1936



Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.

A sobrerepresentação do distrito de Tânger nos resultados explica-se pela origem das cédulas de inscrição.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Mapa 4 Distritos de Portugal



Mapa 5 Regiões e cidades de Marrocos (1933)



Nota Com o tratado de Fez, em 1912, a França tem soberania sobre o território marroquino ao instalar um protetorado. Após a assinatura da convenção entre França e Espanha este mesmo ano, o território de Marrocos foi administrado por França e Espanha. A região de Ifni, as partes norte e sul do protetorado são administradas pela Espanha desde Tetuan. A região central é administrada por França, com representação na cidade de Rabat. A zona de Tânger tinha um estatuto internacional. A cidade era governada por uma comissão composta pelos Estados Unidos, e vários países europeus como França, Espanha, o Reino Unido e Portugal. (Maury, 2013)

Fonte Bokpasa (com modificações)

3 Perfil sociológico dos emigrantes portugueses em Marrocos, 1931-1936

Esta terceira secção destina-se a aprofundar o conhecimento acerca da população portuguesa que emigrou para Marrocos. As cédulas de inscrição consular dos emigrantes portugueses presentes em Marrocos entre 1931 e 1936 fornecem-nos informações detalhadas sobre a identidade destes indivíduos. Na literatura, duas autoras, Maria do Livramento Dias e Aurízia Anica (2017), analisaram o perfil sociológico de 178 emigrantes irregulares algarvios, a partir de um conjunto de 43 processos-crime datados de 1930 a 1970. A maioria destes emigrantes tinha como destino principal Marrocos. A literatura caracteriza a emigração portuguesa para Marrocos como masculina, jovem e casada, com pouca qualificação profissional. As mulheres não trabalhavam mas emigravam para acompanhar o marido. A principal limitação deste estudo reside no facto de a amostra incluir apenas emigrantes irregulares, todos com origem exclusiva na região do Algarve. Os dados recolhidos no consulado de Portugal em Tânger mostram que 85% dos emigrantes eram homens (ver quadro 2 e gráfico 3). Esta percentagem deve ser interpretada com cautela, uma vez que se pode levantar a hipótese de que as mulheres com cédula de inscrição em seu próprio nome representam exclusivamente aquelas que viajaram sozinhas, nomeadamente mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas. As mulheres casadas que tinham uma cédula de inscrição em nome próprio podiam ser mulheres que viajavam sozinhas desde Portugal ou Espanha para se juntarem ao marido em Marrocos. De facto, as mulheres e as crianças que acompanhavam o marido durante a viagem eram inscritas no verso da folha da cédula de inscrição. Assim, a presença feminina pode estar subestimada, podendo ultrapassar os 15% no período entre 1931 e 1936.

Contudo, essas proporções estão em consonância com as evidências previamente destacadas na literatura. Os homens representavam 90% dos emigrantes portugueses irregulares com origem no Algarve (Livramento Dias & Anica, 2017). No entanto, a partir de 1946, documentos recolhidos por Clarinda Cavaco (1971) indicam que mais mulheres do que homens foram registadas para emigrar para Marrocos e trabalhar nas fábricas (Cavaco, 1971). Considerando a idade dos emigrantes portugueses em Marrocos, 96% dos emigrantes entraram em Marrocos entre os 15 e 64 anos, ou seja, em idade ativa. Dois grupos etários são negligíveis, os menores de 15 anos e as pessoas idosas com idade superior a 65 anos. Os emigrantes para Marrocos eram jovens, já que dois terços destes entraram em Marrocos antes dos 40 anos. Neste estudo, a idade média de chegada a Marrocos foi semelhante entre homens e mulheres, situando-se em aproximadamente 34 anos (ver quadro 3 e gráfico 4).

A literatura dá uma ideia mais precisa da idade dos emigrantes portugueses estabelecidos em Marrocos. Os homens apresentavam uma faixa etária diversificada, embora a maioria se concentrasse na juventude, entre os 25 e os 34 anos. Por sua vez, as mulheres emigraram em idades mais avançadas, predominantemente entre os 45 e os 54 anos, a maior parte delas acompanhando o marido (Livramento Dias & Anica, 2017). De facto, a maioria dos emigrantes portugueses eram casados. Representam 61% da população estudada. Os solteiros representavam também uma proporção importante, 28% do total, seguido por 9% de viúvos e os divorciados representavam apenas 1% da amostra (ver quadro 3 e gráfico 4). Esta repartição encontra-se também na literatura. Segundo Maria do Livramento Dias e Aurízia Anica (2017), mais de 60% dos emigrantes portugueses eram casados, o que permite concluir que esta emigração foi constituída principalmente por homens que buscavam melhorar a sua condição social, à medida que tinham mais responsabilidades familiares (Livramento Dias & Anica, 2017). A maioria dos emigrantes portugueses viajou sozinho, enquanto 35% viajavam com o cônjuge, com ou sem filhos. No entanto, quase a metade das mulheres foram acompanhadas, contra 34% dos homens. No que concerne à emigração familiar, metade das famílias emigradas em Marrocos tiveram crianças nascidas em Marrocos, mostrando a vontade de se estabelecer no país (quadro 7 e gráfico 8).

A literatura indica que os imigrantes portugueses constituíram diversas associações para acolher a comunidade imigrante tal como o Club Lusitano de Rabat e a Casa dos Portugueses de Marrocos em Casablanca, o Club Recreativo Português de Roches-Noires e a Associação Portuguesa de Beneficência. A comunidade portuguesa em Marrocos integrava-se nos bairros mais populares, convivendo com a população marroquina e partilhando condições de vida modestas (Martins, 2020).

Por outro lado, os emigrantes que migraram sozinhos integraram um padrão de migração económica, possivelmente sazonal ou de curta duração em Marrocos. A literatura indica que a emigração para Marrocos comportava, essencialmente, migrações de indivíduos sozinhos para trabalho temporário na pesca, nas fábricas ou no setor da construção (Borges, 2000). Os emigrantes portugueses ocupavam várias profissões. A literatura distingue dois fluxos de emigrantes do Algarve para Marrocos. O primeiro era composto por pedreiros, carpinteiros e outros trabalhadores qualificados, o segundo era composto de marítimos, homens e mulheres que emigraram para trabalhar nas indústrias de conservas de peixe (Borges, 2000).

A profissão mais representada entre os emigrantes analisados corresponde à categoria de operários, em consonância com o contexto socioeconómico da época. Esta categoria abrange 61% da população e inclui profissões como pedreiros, carpinteiros, mecânicos e ferreiros (ver quadro 5 e gráfico 6). Na zona oeste de Marrocos — nomeadamente nas regiões de Punta Negra, Kenitra, Larache e Tânger — destacavam-se, além dos operários referidos, chanqueiros e caldeiros, bem como maquinistas, soldadores, foguistas e tinais (Cavaco, 1971).

A segunda categoria mais representativa corresponde às trabalhadoras domésticas, que perfazem 11% da população e são quase exclusivamente mulheres. Cerca de 70% das mulheres incluídas neste estudo exerciam esta função, sendo que todas as mulheres casadas estavam inscritas como domésticas. Tal como documentado por Maria do Livramento Dias e Aurízia Anica (2017), muitas destas mulheres declararam ser domésticas por acompanharem o marido no seu projeto migratório (Livramento Dias & Anica, 2017). No entanto, entre as mulheres não casadas, identificam-se também ocupações no setor operário e artesanal, com destaque para a atividade de costureira.

As profissões artesanais e artísticas representam 8% da população analisada, incluindo pintores, fotógrafos, costureiros e sapateiros, entre outros. Por fim, 8% dos emigrantes exerciam atividades ligadas ao mar ou à agricultura, estando agrupados nesta análise sob a designação de «produtores» (ver quadro 5 e gráfico 6). Este resultado complementa os dados apresentados no estudo de Maria do Livramento Dias e Aurízia Anica (2017), segundo as autoras, em Portugal os homens emigrantes exerciam diversas profissões, com predominância dos marítimos — representando cerca de um quarto —, sendo os restantes maioritariamente assalariados rurais ou trabalhadores em ofícios artesanais, como pedreiros e carpinteiros (Livramento Dias & Anica, 2017). Pode levantar-se a hipótese de que os pescadores portugueses que emigraram para Marrocos não se dedicaram necessariamente à atividade piscatória. Ao chegarem a centros urbanos onde o trabalho fabril estava mais desenvolvido e oferecia melhores condições salariais do que em Portugal, muitos optaram por profissões mais ajustadas aos modos de produção urbanos (Cavaco, 1971). No entanto, os estudos convergem na conclusão de que as profissões exercidas pelos emigrantes portugueses em Marrocos, tal como em Portugal, eram maioritariamente não qualificadas. Apenas um indivíduo foi identificado como estudante. Alguns emigrantes, contudo, conseguiram estabelecer o seu próprio negócio ou aceder a empregos que lhes proporcionavam melhores condições de vida (Martins, 2020). De facto, os comerciantes e os profissionais independentes — incluindo jornalistas e médicos — representavam cerca de 6% da população emigrada. Além disso, 5% exerciam funções como soldados ou funcionários da embaixada portuguesa em Tânger (ver quadro 5 e gráfico 6). As profissões ocupadas pelos emigrantes portugueses em Marrocos revelam-se coerentes com o nível de instrução desta população. Com efeito, cerca de 40% dos emigrantes foram considerados analfabetos, seja por menção explícita da condição de analfabetismo na secção destinada à assinatura da cédula de inscrição, seja pela ausência de assinatura. Por outro lado, 54% foram classificados como alfabetizados com base na presença da sua assinatura no documento (ver quadro 6 e gráfico 7). Importa, contudo, relativizar esta percentagem, uma vez que a capacidade de assinar o próprio nome não implica necessariamente domínio da escrita em língua portuguesa. Nestes termos, é possível que alguns indivíduos considerados alfabetizados possuísem apenas competências mínimas de escrita. Ainda assim, observam-se disparidades significativas entre homens e mulheres: 77% das

mulheres eram analfabetas, em contraste com 36% dos homens (ver quadro 6). Talvez por causa das escolhas para medir a taxa de alfabetização, o resultado do nosso estudo não chega exatamente aos mesmos dados encontrados por Maria do Livramento Dias e Aurízia Anica (2017), ainda que conduzam a conclusões semelhantes. Em ambos os casos, constata-se que os emigrantes portugueses apresentavam baixos níveis de escolarização: 59% das mulheres e cerca de um quarto dos homens eram totalmente analfabetos (Livramento Dias & Anica, 2017). Para concluir, este estudo permite-nos fazer uma tipologia dos três tipos de emigrantes portugueses a viver em Marrocos.

A primeira categoria corresponde à maioria dos emigrantes e caracteriza-se como uma emigração económica protagonizada por homens jovens. Independentemente do seu estado civil, estes indivíduos chegaram a Marrocos desacompanhados, em busca de melhores oportunidades laborais. É plausível supor que se tratava, em grande parte, de uma emigração de carácter sazonal, com o objetivo de complementar os rendimentos obtidos em Portugal. No caso daqueles com responsabilidades familiares, esta mobilidade poderá ter refletido a aspiração de alcançar melhores condições socioeconómicas, eventualmente com a intenção de promover o posterior reencontro familiar e a instalação permanente da família em Marrocos.

A segunda categoria diz respeito à emigração de carácter familiar, composta por homens, geralmente mais velhos do que os do primeiro grupo, acompanhados pelas respetivas esposas. As mulheres exerciam predominantemente funções domésticas. Pode supor-se que esta forma de emigração era mais duradoura — ou mesmo de natureza permanente — na medida em que muitas destas famílias tinham filhos nascidos no país de acolhimento.

A terceira categoria compreende mulheres que emigraram, acompanhadas ou desacompanhadas, configurando um grupo que se destaca pela sua modernidade face ao contexto temporal. Podem ser formuladas várias hipóteses relativamente às motivações que fundamentaram a decisão de emigrar. A emigração poderá ter ocorrido com o propósito de reunificação familiar, juntando-se ao marido ou aos filhos, procurando simultaneamente melhorar as condições de vida através do trabalho nas fábricas ou do exercício de atividades por conta própria.

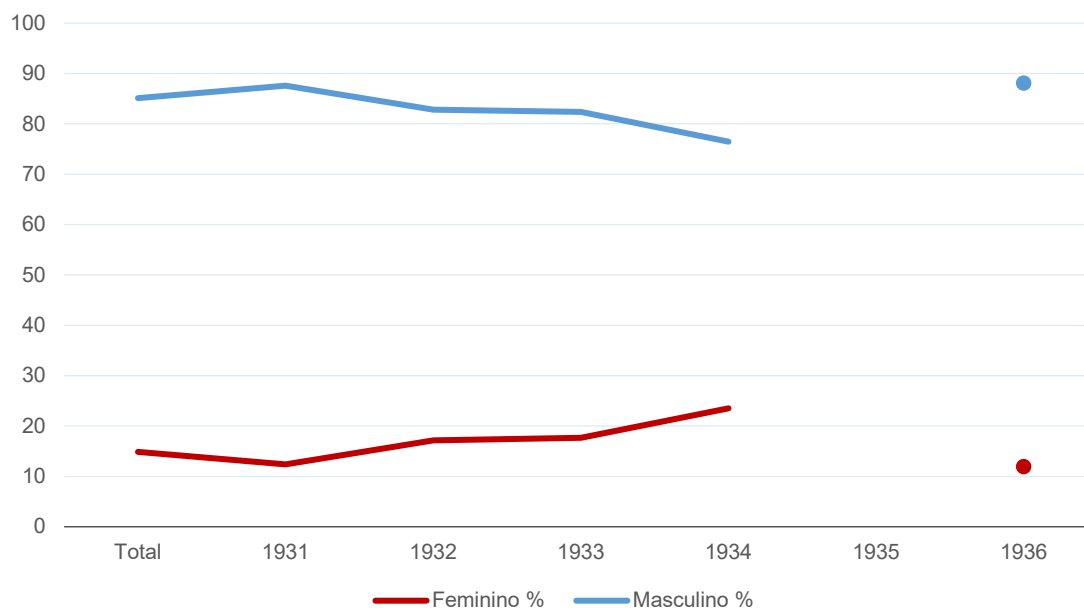
De forma mais geral, neste trabalho procuramos evidenciar, através da descrição dos fluxos migratórios e da sua composição, que a emigração portuguesa para Marrocos configura-se como um fenómeno multifacetado, assumindo diversas formas. O Algarve não é o único ponto de partida desta emigração, mesmo que represente a maioria das saídas e a origem dominante dos emigrantes. Alguns dos emigrantes também provinham da região de Lisboa. A maioria dos emigrantes dirigiu-se diretamente ao seu destino, contudo, uma parcela significativa emigrou a partir de Espanha, o que confirma as fortes ligações estabelecidas entre estes três países da Península Ibérica e a costa africana.

As migrações não constituíram um fenómeno exclusivamente masculino. Embora a maioria das mulheres tenha acompanhado os maridos no projeto migratório, existiu também uma

emigração feminina independente, na qual mulheres emigraram sozinhas à procura de trabalho operário ou exercendo atividades artesanais. Tal como observado ao longo do século, tratou-se predominantemente de uma emigração económica composta por migrantes com pouca ou nenhuma qualificação profissional ou técnica (Baganha, 1994). O sector da pesca tradicional não é tão representado entre os emigrantes portugueses em Marrocos. Atividades rurais foram substituídas por modos de produção que correspondem às zonas urbanas. Também ressalta a importância de profissões qualificadas, atividades por conta própria e artísticas.

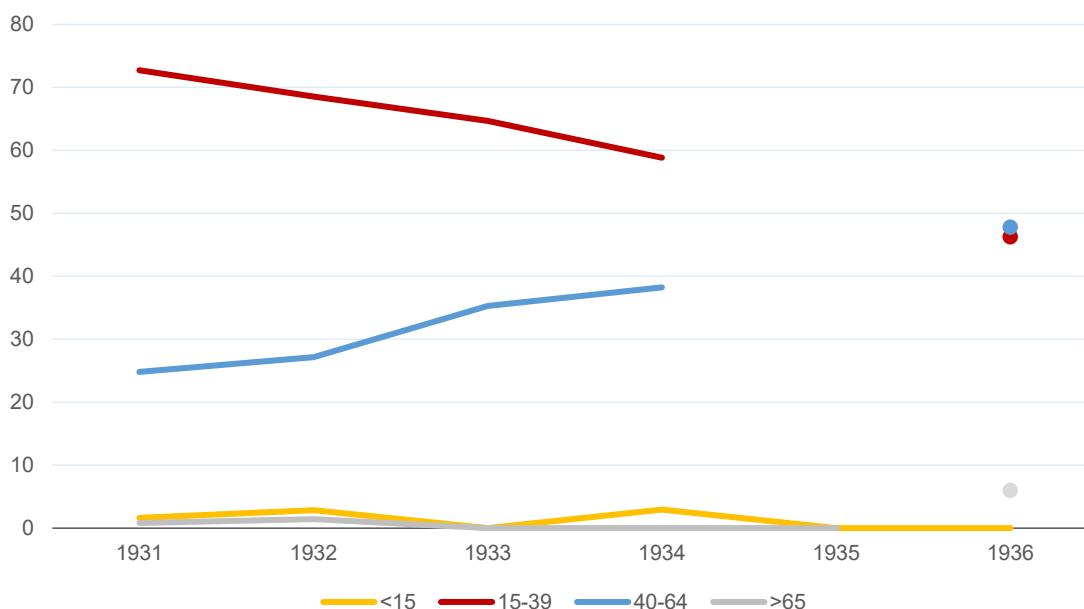
Como referido na introdução, os estudos sobre a emigração portuguesa para o Norte de África são escassos. Contudo, as ordens de grandeza identificadas indicam que este foi um fluxo migratório significativo no contexto africano. Análises que permitam quantificar com maior precisão o volume deste fluxo contribuiriam para um aprofundamento do conhecimento acerca das migrações portuguesas para África ao longo do século XX. Além disso, estudos centrados na emigração para a Europa da comunidade portuguesa residente em Marrocos após a independência do protetorado seriam igualmente relevantes. Análises comparativas entre estes emigrantes provenientes do Magrebe e aqueles que emigraram diretamente de Portugal na década de 1960 poderiam, eventualmente, evidenciar modos diferenciados de integração nos países de acolhimento europeus.

[gráficos e mapas nas páginas seguintes]

Gráfico 3 Entradas de portugueses em Marrocos, por sexo, 1931-1936

Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

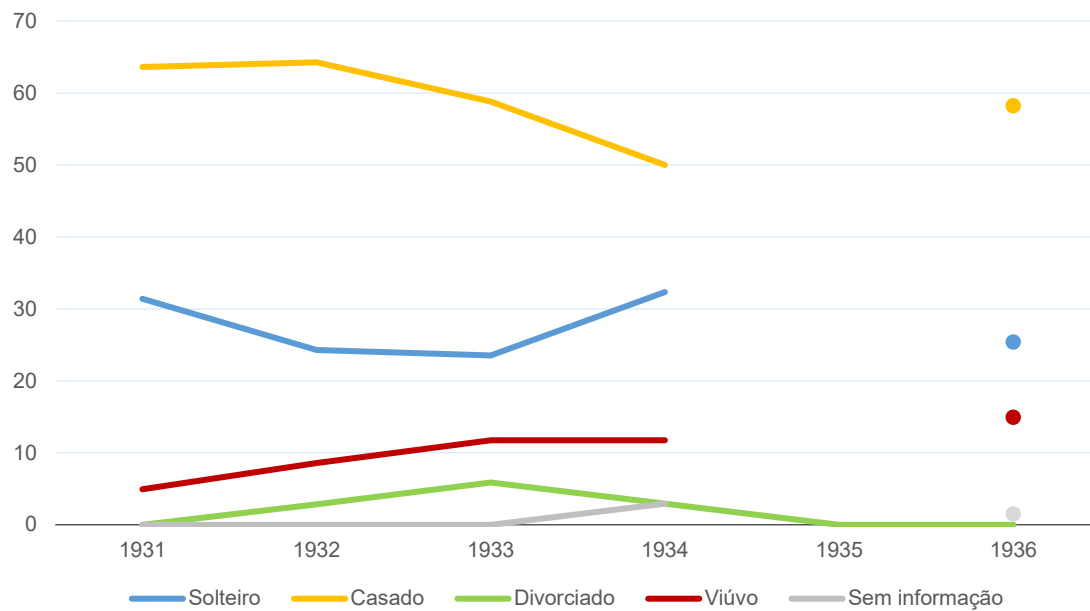
Gráfico 4 Entradas de portugueses em Marrocos, por grupo etário, 1931-1936

Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.

A idade indicada corresponde à Idade do registado no momento da entrada em Marrocos ou à idade no momento do registo, caso não se conheça a data de chegada em Marrocos

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

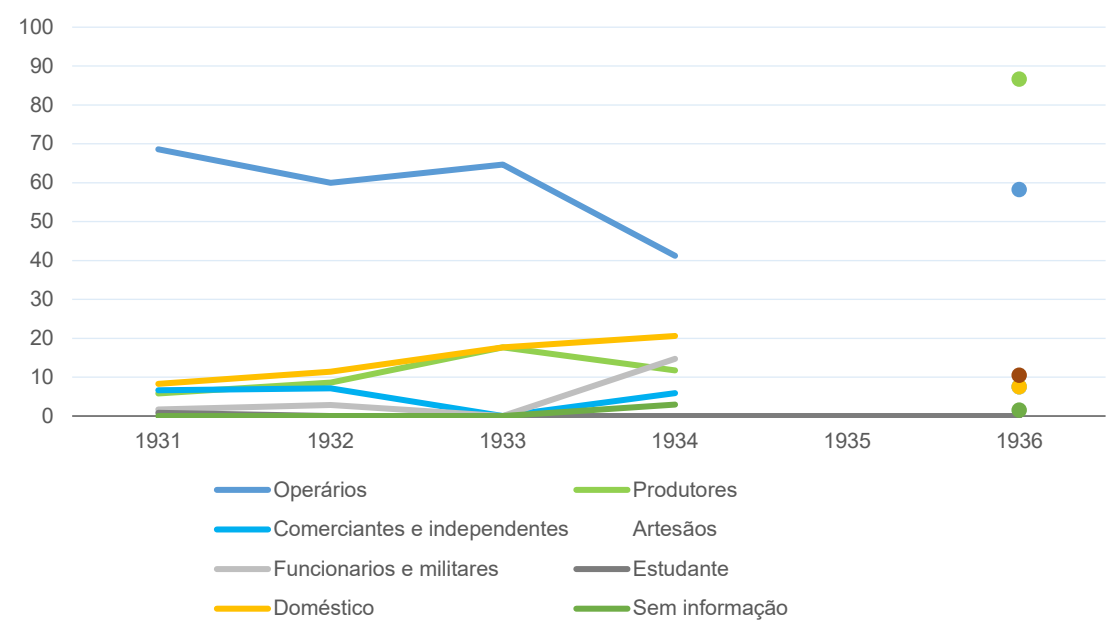
Gráfico 5 Entradas de portugueses em Marrocos, por estado civil, 1931-1936



Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

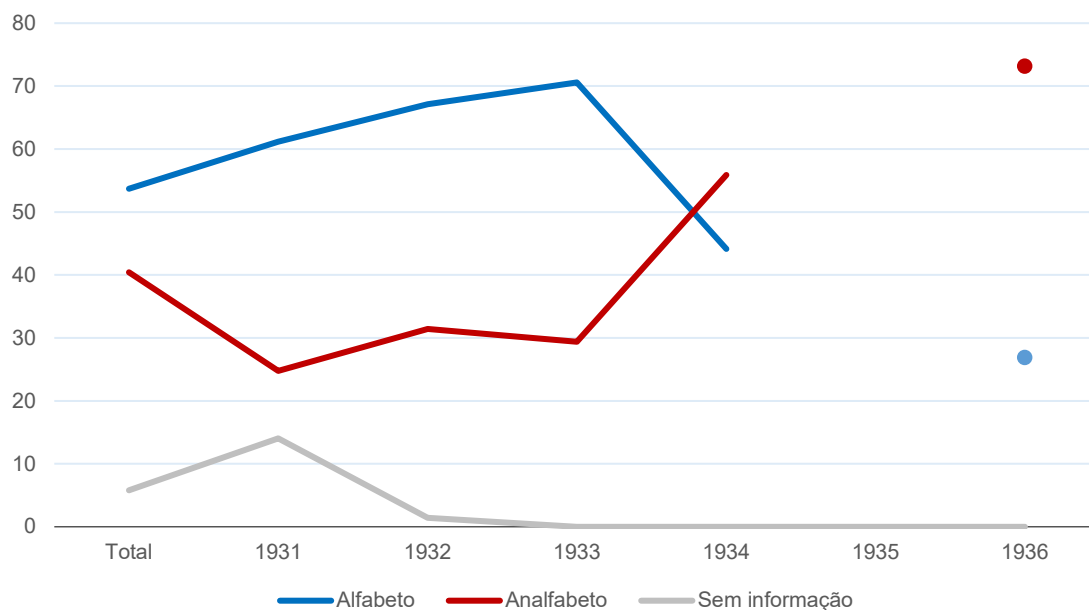
Gráfico 6 Entradas de portugueses em Marrocos, por profissão, 1931-1936



Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935. Última profissão exercida, alguns registos indicam que a pessoa se encontrava sem trabalho no momento do registo. Profissão declarada pelo registado. A categoria dos operários compreende os registados declarados como "operário", "trabalhador", "guarda livros", "empregado", "pedreiro", "carpinteiro", "ferreiro", "serralheiro", "eletricista" ou "mecânico". A categoria dos produtores compreende os registados declarados como "marítimo", "marinheiro", "pescador", "agricultor", "moleiro" ou "carreiro". A categoria dos comerciantes e independentes compreende os registados declarados como "comerciante", "chauffeur", "cozinheiro", "médico", "proprietário" ou "jornalista". A categoria dos artesãos compreende os registados declarados como "artista", "fotógrafo", "pintor", "escultor", "confeiteiro", "costureira", "alfaiate" ou "sapateiro". A categoria dos funcionários e militares compreende os registados declarados como "soldado" ou "chanceler".

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Gráfico 7 Entradas de portugueses em Marrocos, por alfabetização e por sexo, 1931-1936

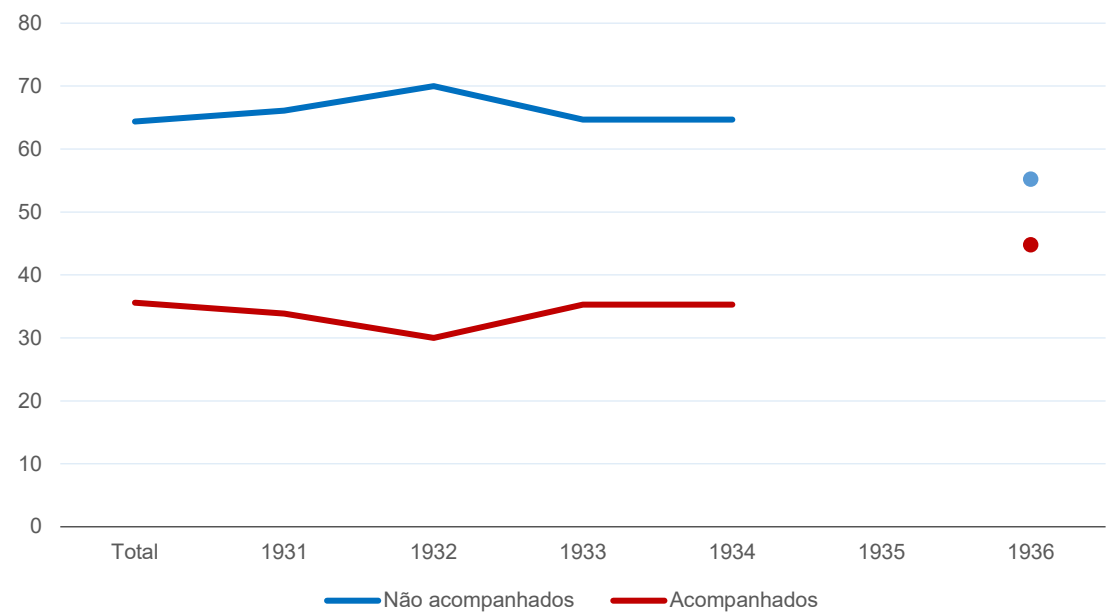


Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.

O registado foi considerado alfabeto se assinou o seu nome na cédula de inscrição. Ao contrário, foi considerado analfabeto se não assinou o documento ou se o funcionário escreveu “analfabeto” no espaço dedicado à assinatura. A categoria “sem informação” significa que a assinatura era uma cruz ou caracteres ilegíveis.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Gráfico 8 **Acompanhantes do emigrante registado em Marrocos, 1931-1936**



Nota Nenhuma cédula de inscrição foi recolhida no ano de 1935.
O registado pode estar acompanhado pelos seus filhos sem o marido ou a esposa.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Nota sobre os dados

Os quadros com o conjunto dos dados recolhidos podem ser obtidos descarregando o ficheiro Excel disponível no sítio do Observatório da Emigração, no mesmo endereço da ficha, com a designação: OEm_FactSheet_21_2025_EmigrantesPortuguesesMarrocos.xlsx

Metainformação

Cédulas de inscrição consular Trata-se de documentos de registo dos portugueses que residem ou estão de passagem em Tânger. O registo faz-se a cada ano com os funcionários do consulado. Os documentos fazem aparecer várias informações, tal como o número de inscrição anterior, a data de inscrição, o nome, a ascendência, a naturalidade, o estado civil, a profissão, a última residência em Portugal, a residência no distrito consular, a data de chegada em Marrocos, a proveniência, o documento de prova da nacionalidade portuguesa. O verso do documento contém eventualmente os nomes da esposa ou marido e das crianças. O documento está assinado pelo registado e pelo funcionário, por delegação do cônsul geral. O documento apresenta a fotografia de identidade do registado, às vezes uma impressão digital do registado, o carimbo do consulado, o valor pago pelo registado.

Unidade de medida Emigrante português.

Fonte Inscrições consulares do consulado de Tânger, Livro 6 (1931/1932), Livro 9 (1933/1934), Livro 13 (1936/1937). Consulta presencial dos livros disponibilizados pela Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Link da fonte Consulta presencial

Referências bibliográficas

- Baganha, M. I. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século xx e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, 29(128), 959-980.
- Borges, M. J. (2000). Migration Systems in Southern Portugal : Regional and Transatlantic Circuits of Labor Migration in the Algarve (Eighteenth–Twentieth Centuries). *International Review of Social History*, 45(2), 171-208.
<https://doi.org/10.1017/S0020859000000110>
- Cavaco, C. (1971). Migrações internacionais de trabalhadores do Sotavento do Algarve. *Finisterra*, 6(11), Article 11. <https://doi.org/10.18055/Finis2432>
- Livramento Dias, M., & Anica, A. (2017). Emigração clandestina durante o Estado Novo. O fluxo migratório ilegal do sotavento do Algarve para Marrocos. *OMNIA Revista Interdisciplinar de Ciências e Artes*, 7, 95-109. <https://doi.org/10.23882/OM07-2017-10-07>
- Magalhães, J. A. R. (1988). O Algarve económico, 1600-1773. Editorial Estampa.
<https://cir.nii.ac.jp/crid/1130000797255959424>
- Martinez, A. L. L. (2008). Cruzar a Raia. Migracións de traballo do Algarve a Andalucía, 1870-1936.pdf. *Estudos Migratorios. Revista Galega de Analise Das Migracións*.
https://www.academia.edu/38146568/Cruzar_a_Raia_Migraci%C3%B3ns_de_traballo_do_Algarve_a_Andaluc%C3%ADa_1870_1936_pdf
- Martins, S. (2016). Algérie et Maroc. Deux scènes centrales de l'exil portugais entre 1961 et 1965 (C. Domingues, Trad.). *Exils et migrations ibériques aux XXe et XXIe siècles*, 8(1), 85-101.
- Martins, S. (2020). O exílio português no Marrocos independente : Dinâmicas e protagonistas. *Revista de História das Ideias*, 38, 243-267. https://doi.org/10.14195/2183-8925_38_11
- Maury, J.-P. (2013). Maroc, Traité de Fès 1912, protectorat français, MJP. <https://mjp.univ-perp.fr/constit/ma1912.htm>
- Menezes Moreira, P. (2020). Marrocos, destino improvável para a emigração portuguesa.
<https://observatorioemigracao.pt/np4/8520.html>
- Pereira, M. H. (1981). A política portuguesa de emigração (1850 a 1930). *Regra do Jogo*.
<https://cir.nii.ac.jp/crid/1130282271943544192>
- Pires, R. P., Vidigal, I., Pereira, C., Azevedo, A., Veiga, C. M. (2023). Atlas da Emigração Portuguesa. <https://observatorioemigracao.pt/np4/9573.html>
- Volovitch-Tavares, M.-C. (2016). Introduction. Diversité des approches de l'histoire de l'exil portugais de 1926 à 1974. *Exils et migrations ibériques aux XXe et XXIe siècles*, 8(1), 5-13.



Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração é uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte, Instituto Universitário de Lisboa, onde tem a sua sede. Funciona com base numa parceria entre o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Iscte, o Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa, o Instituto de Sociologia, da Universidade do Porto, e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, da Universidade de Lisboa. Tem um protocolo de cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Série	OEm Fact Sheets, 21
Título	Emigrantes portugueses em Marrocos, 1931-1936
Autores	Céline do Livramento e Carlota Moura Veiga
Editor	Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa
Data	Dezembro de 2025
ISSN	2183-4385
DOI	10.15847/CIESOEMFS212025
URI	

Como citar Livramento, Céline Do e Carlota Moura Veiga (2025), Emigrantes portugueses em Marrocos, 1931-1936", OEm Fact Sheets, 21, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMFS212025

www.observatorioemigracao.pt

cies _ iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

